



Câmara Municipal de Aracruz
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE ARACRUZ - ES

PROCESSO: 000647/2019

ASSUNTO: PROJETOS

DATA: 07/08/2019

HORA: 14:46:09

REQUERENTE: CELSON SILVA DIAS - GABINETE VEREADOR CELSON SILVA DIAS

DETALHAMENTO:

PROJETO DE LEI Nº 25/2019.

DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS CELEBRADOS PELO MUNICÍPIO DE ARACRUZ, NA FORMA QUE MENCIONA.

Pg nº

001

CMA



Câmara Municipal de Aracruz
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

APROVADO 1º TURNO

23/10/2019

Presidência CMA

PROJETO DE LEI Nº 25 /2019

DISPÕE SOBRE A PUBLICIDADE DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS CELEBRADOS PELO MUNICÍPIO DE ARACRUZ, NA FORMA QUE MENCIONA.

APROVADO 2º TURNO

29/10/2019

Presidência CMA

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a publicidade dos contratos de locação de imóveis celebrados pela Administração Pública do Município de Aracruz/ES.

Art. 2º - A Administração Pública Municipal deverá publicar, em local próprio e destacado, na página oficial do Município na internet, a relação de todos os contratos de locação de imóveis, em que o Município de Aracruz/ES seja o locador.

Art. 3º - A publicação deverá conter os seguintes dados:

- I – os nomes do locador e do locatário;
- II – o endereço do imóvel;
- III – o valor do aluguel;
- IV – o tempo do contrato de locação;
- V – o índice de reajuste;
- VI – a finalidade da locação.

Art. 4º - O disposto nesta Lei se aplica a todos os contratos de locação de imóveis já celebrados e/ou contratos que venham a ser celebrados ou aditivados, nesta e nas administrações futuras.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Aracruz, 07 de agosto de 2019.


CELSON SILVA DIAS
Vereador

GABINETE DO VEREADOR CELSON DA FARMÁCIA

Rua Professor Lobo, 550 – Centro – Aracruz – ES – CEP 29.190-062 – Tel.: (27) 3256-9491
www.cma.es.gov.br



Câmara Municipal de Aracruz
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

JUSTIFICATIVA

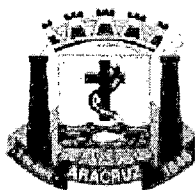
O objetivo é dar transparência às contratações de locação de imóveis no Município de Aracruz, atendendo o direito constitucional de acesso às informações públicas.

Câmara Municipal de Aracruz, 07 de agosto de 2019.


CELSON SILVA DIAS
Vereador

GABINETE DO VEREADOR CELSON DA FARMÁCIA

Rua Professor Lobo, 550 – Centro – Aracruz – ES – CEP 29.190-062 – Tel.: (27) 3256-9491
www.cma.es.gov.br



Camara Municipal de Aracruz
COMPROVANTE DE DESPACHO

Pg nº
003
9
CMA

ORIGEM

Local (Setor): PROTOCOLO

Trâmite Nº: 0

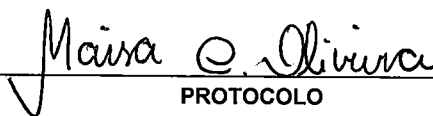
Responsável: Maisa Campos Oliveira

Data e Hora: 07/08/2019 14:46:17

Despacho: PROJETO DE LEI Nº 25/2019.

DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS CELEBRADOS PELO MUNICÍPIO DE ARACRUZ, NA FORMA QUE MENCIONA.

Camara Municipal de Aracruz, 07 de agosto de 2019


PROTOCOLO

PROTOCOLO (S)

Processo, MEMORANDO Nº - 647/2019 - Interno - PROJETO DE LEI Nº 25/2019.

GABINETE VEREADOR CELSON SILVA

Assunto: 001 - PROJETOS

SubAssunto: 001 - PROJETO DE LEI

Camara Municipal de Aracruz


DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS CELEBRADOS PELO MUNICÍPIO DE ARACRUZ, NA FORMA QUE MENCIONA.

RECEBIMENTO

Local (Setor): LEGISLATIVO

Responsável: _____

Camara Municipal de Aracruz, 28/08/19


LEGISLATIVO



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pg n°
004
CMA

Aracruz, 27 de agosto de 2019.


MEMORANDO INTERNO

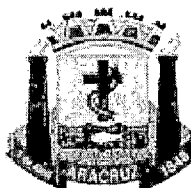
Do: Gabinete do Vereador Ronivaldo Garcia Cravo
Para: Procuradoria da Câmara Municipal de Aracruz
Assunto: Parecer Jurídico

Prezado Senhor Procurador,

Cumprimentando-o, venho solicitar a Vossa Excelência a Análise e Emissão do Parecer Jurídico do Projeto de Lei nº 025/2019, "DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS CELEBRADOS PELO MUNICÍPIO DE ARACRUZ, NA FORMA QUE MENCIONA."

Atenciosamente,


Ronivaldo Garcia Cravo
Vereador



Camara Municipal de Aracruz
COMPROVANTE DE DESPACHO

Pg nº
005
CMA

ORIGEM

Local (Setor): **LEGISLATIVO**

Trâmite Nº: **1**

Responsável: **Higor Giurizatto**

Data e Hora: **28/08/2019 14:48:00**

Despacho: **Conforme solicitação do vereador Ronivaldo Garcia Cravo, segue o presente processo para análise e emissão de parecer dessa Procuradoria.**

Camara Municipal de Aracruz, 28 de agosto de 2019

LEGISLATIVO

PROTOCOLO (S)

Processo, MEMORANDO Nº - 647/2019 - Interno - PROJETO DE LEI Nº 25/2019.

GABINETE VEREADOR CELSON SILVA

Assunto: 001 - PROJETOS

SubAssunto: 001 - PROJETO DE LEI

Camara Municipal de Aracruz

DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS CELEBRADOS PELO MUNICÍPIO DE ARACRUZ, NA FORMA QUE MENCIONA.

RECEBIMENTO

Local (Setor): **PROCURADORIA**

Responsável: _____

Leaussia Leon Calidelli

Camara Municipal de Aracruz, 03/09/19

PROCURADORIA



PROCURADORIA

Processo Administrativo nº: 647/2019.

Requerente: Celson Silva Dias

Assunto: Projeto de Lei nº 025/2019.

Parecer nº: 137/2019.

EMENTA: PROCESSO LEGISLATIVO. PROJETO DE INICIATIVA PARLAMENTAR. PUBLICAÇÃO DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS DO MUNICÍPIO. TRANSPARÊNCIA. INTERESSE PÚBLICO. INICIATIVA CONCORRENTE. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE.

1. RELATÓRIO

Trata-se de solicitação da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação desta Casa de Leis para que esta Procuradoria se manifeste sobre a constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 025/2019, de autoria do vereador Celson Silva Dias, que dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação/divulgação dos contratos de locação de imóveis celebrados pelo Município de Aracruz.

É o que importa relatar.



2. DA COMPETÊNCIA DA PROCURADORIA E A NATUREZA DO PARECER

A Lei Municipal nº 3.814/14, ao dispor sobre deveres e responsabilidades dos procuradores legislativos (art. 5º, § 2º, do art. 9º e do Anexo X), estabelece que é atribuição destes advogados públicos “emitir parecer nos projetos de lei do Executivo e de iniciativa do Legislativo”, dentre outras.

No âmbito do processo legislativo, os pareceres jurídicos elaborados pelos procuradores são meramente facultativos e não vinculantes, posto que os parlamentares – através das Comissões Temáticas e do Plenário – têm soberania para decidir colegiadamente sobre a constitucionalidade, legalidade e o mérito (oportunidade e conveniência) das proposições legislativas, sem prejuízo do ulterior controle pelo Poder Judiciário.

A Procuradoria é órgão auxiliar do Poder Legislativo, responsável pela representação judicial e extrajudicial da Câmara Municipal de Aracruz, bem como pela função de assessoramento e consultoria jurídica.

Todavia, é imperioso ressaltar que os advogados públicos devem atuar com independência técnica e autonomia funcional, conforme dispõe o art. 2º, § 3º, art. 7º, I, § 2º, art. 18, art. 31, § 1º e § 2º, e art. 32 do Estatuto da Advocacia (Lei nº 8.906/94).

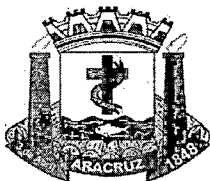
Nesse sentido, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF):

(...) O exercício do poder-dever de questionar, de fiscalizar, de criticar e de buscar a correção de abusos cometidos por órgãos públicos e por agentes e autoridades do Estado, inclusive magistrados, reflete prerrogativa indisponível do advogado, que não pode, por isso mesmo, ser injustamente cerceado na prática legítima de atos que visem a neutralizar situações configuradoras de arbítrio estatal ou de desrespeito aos direitos daquele em cujo favor atua.

[HC 98.237, Rel. Celso de Mello, j. 15.12.2009, 2ª T, DJ 6.8.2010]

No exercício do seu *mister*, cumpre aos procuradores públicos tão somente a análise da constitucionalidade, legalidade, juridicidade e a técnica legislativa das propostas, evitando-se manifestar-se sobre outras questões de ordem técnica (estranhas à sua especialidade) ou adentrar o mérito legislativo.

3. DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DO MUNICÍPIO



Câmara Municipal de Aracruz
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pg nº
008
CMA

A competência legislativa dos municípios está prevista nos incisos I e II do art. 30 da Carta da República, *in verbis*:

Art. 30. COMPETE AOS MUNICÍPIOS:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

A competência para legislar sobre assuntos de interesse local é exclusiva do Município, de forma que qualquer norma federal ou estadual que trate de temas de relevância predominantemente local, são inconstitucionais.

Por outro lado, no uso da competência suplementar, os municípios podem suprir as lacunas da legislação federal e estadual, regulamentando as respectivas matérias para ajustar a sua execução às peculiaridades locais. Entretanto, não podem contraditar a legislação federal e estadual existente, tampouco extrapolar sua competência para disciplinar apenas assuntos de interesse local.

Não há uma enumeração constitucional, expressa e taxativa, dos chamados assuntos de interesse local, de competência do ente municipal. Deverão eles ser identificados caso a caso, a partir da aplicação do *princípio da predominância do interesse*.

O princípio da predominância do interesse parte da premissa de que há assuntos que, por sua natureza, devem, essencialmente, ser tratados de maneira uniforme em todo o País e outros em que, no mais das vezes, é possível ou mesmo desejável a diversidade de regulação e atuação do Poder Público, ou em âmbito regional, ou em âmbito local.

Logo, se a matéria é de interesse predominantemente geral, a competência é outorgada à União. Aos estados são reservadas as matérias de interesse predominantemente regional. Cabe aos municípios a competência sobre as matérias de interesse predominantemente local.

Fixadas essas premissas, passo a análise da proposição em epígrafe.

Nos termos do art. 37 da Constituição Federal, a **administração pública** direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e **dos Municípios** obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, **publicidade** e eficiência.



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pg nº
009
CMA

Neste contexto, não se deve perder de vista que todas as pessoas têm direito à informação, ou seja, de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo, com exceção das situações resguardadas por sigilo, senão, vejamos:

Art. 5º (...)

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

Complementando o conteúdo do aludido direito, a Carta da República previu o direito de acesso à informação:

Art. 37 (...)

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

Para dar concretude aos mandamentos constitucionais foi promulgada a Lei Federal nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação) com incidência sobre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

O art. 45 da Lei nº 12.527/11 autoriza os municípios a editar leis próprias para definir regras específicas sobre o acesso à informações públicas.

Assim, não resta dúvida de que a presente proposta está inserida na competência legislativa do Município (art. 30, I e II da CF/88), ou seja, suplementar a legislação federal e municipal nos assuntos de interesse local.

4. DA INICIATIVA LEGISLATIVA

Em regra, a iniciativa legislativa é geral, competindo concorrentemente aos vereadores, às comissões, ao Prefeito e ao povo a proposição de normas jurídicas em âmbito municipal (emendas à Lei Orgânica e leis ordinárias).

Entretanto, a própria Constituição reserva a iniciativa de determinadas matérias ao chefe do Executivo. Nesse sentido, dispõe o art. 61, § 1º da CF/88:



Câmara Municipal de Aracruz
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pg nº
010
CMA

Art. 61. (...)

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
- b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;
- c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
- d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;
- e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;
- f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

O referido comando constitucional, que explicita as leis iniciativa privativa do Presidente da República, é de reprodução obrigatória (no que couber) em âmbito municipal em decorrência chamado *princípio da simetria*.

O princípio da simetria exige que os Estados e os Municípios adotem, sempre que possível, em suas respectivas Constituições e Leis Orgânicas, os princípios fundamentais e as regras de organização existentes na Constituição, principalmente as relacionadas a estrutura do governo, forma de aquisição e exercício do poder, organização de seus órgãos e limites de sua própria atuação.

Posto isto, cumpre verificar se o proponente tem competência dar início ao processo legislativo no presente caso.

O Supremo Tribunal Federal (STF) firmou seu entendimento no sentido de que as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão taxativamente previstas no art. 61 da Constituição, que trata da reserva de iniciativa de lei do chefe do Poder Executivo.

Não se permite, dessa forma, interpretação ampliativa do citado dispositivo constitucional, para abarcar matérias além daquelas relativas ao funcionamento e



Câmara Municipal de Aracruz
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pg nº
014
§
CMA

estruturação da Administração Pública, sob pena de se esvaziar a atividade legislativa das câmaras municipais. Vejamos:

1. Ao contrário do afirmado pelo requerente, a lei atacada não cria ou estrutura qualquer órgão da Administração Pública local. Não procede a alegação de que qualquer projeto de lei que crie despesa só poderá ser proposto pelo Chefe do Executivo. As hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em *numerus clausus*, no artigo 61 da Constituição do Brasil – matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do Poder Executivo. Precedentes. (STF, Pleno, ADI nº 3394/AM, Relator Ministro Eros Grau, DJe de 23.8.2007)

Recentemente, em sede de repercussão geral, o STF fixou a seguinte tese:

Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a administração pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos. Repercussão geral reconhecida com reafirmação da jurisprudência desta Corte. (STF – ARE 878.911 RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, Julgamento: 29.09.2016, Publicação: DJe 11.10.2016, Tema 917)

Assim, somente nas hipóteses taxativamente previstas no § 1º do art. 61 da Constituição, ou seja, nos projetos cujas matérias sejam de iniciativa reservada do chefe do Poder Executivo, é que o Poder Legislativo não poderá criar despesas.

Outro limite à iniciativa legislativa é a impossibilidade de se remodelar, por norma de origem parlamentar, órgãos ou entidades da estrutura do Executivo.

O Legislativo não pode criar novas atribuições para órgãos/entidades existentes, nem criar novas pessoas jurídicas ou unidades desconcentradas, sob pena de violação à alínea e do inciso II do § 1º do art. 61 da CF/88.

Contudo, é possível coordenar a atuação de órgãos ou entidades já existentes, ou fixar-lhes os objetivos de atuação, ou ainda especificar-lhes as tarefas, dentro do quadro normativo já existente.

Assim, proposta de lei que institua objetivos e indique ações voltadas à maior transparência dos atos e contratos administrativos, de forma meramente propositiva ou exortativa, sem criar qualquer atribuição nova a órgão da Administração Pública Municipal, não viola o art. 61, § 1º, II, b e e da CF/88.



Neste contexto, é importante lembrar que a transparência é dever constitucional do Poder Público, de modo que o presente projeto de lei apenas especifica a forma de cumprimento daquela obrigação pelos órgãos municipais já existentes, dentro de seus deveres genéricos de atuação.

Entendimento diverso inviabilizaria qualquer iniciativa legislativa pelo Parlamento, já que, de uma ou outra forma, sempre (ou quase sempre) haverá necessidade de alguma atuação ou dispêndio por parte da Administração Municipal.

Ressalte-se que a mera ausência da indicação prévia de dotação orçamentária para custeio – caso haja necessidade – da referida política pública não configura a inconstitucionalidade da lei, posto que a norma poderá ser aplicada no exercício financeiro seguinte, conforme já assentou o Pretório Excelso:

A ausência de dotação orçamentária prévia em legislação específica não autoriza a declaração de inconstitucionalidade da lei, impedindo tão somente a sua aplicação naquele exercício financeiro.

[ADI 3.599, rel. min. Gilmar Mendes, j. 21-05-2007, Plenário]

Ante o exposto, entendo que a iniciativa legislativa é comum.

5. DA CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL E DA LEGALIDADE

Como visto anteriormente, a Constituição da República estabelece que a Administração Pública obedecerá aos princípios da publicidade e eficiência, dentre outros, garantindo às pessoas o acesso à informação.

Conforme lecionam Bliacheriene, Ribeiro e Funari¹, o Poder Público é apenas o guardião da informação pública:

“O dono da informação pública é o cidadão. Assim, são desnecessárias justificativas prévias de acesso aos dados e, de outro lado, a negativa de fornecimento pelo Estado deve ser justificada (...)

A transparência, em termos práticos, significa permitir informações abertas sobre atividades governamentais e suas decisões. E, mais do que isso, informações abrangentes, tempestivas e livremente disponíveis ao público.

¹ BLIACHERIENE, Ana Carla; RIBEIRO, Renato Jorge Brown; FUNARI, Marcos Hime. Governança pública, eficiência e transparência na administração pública. Fórum de Contratação e Gestão Pública – FCGP, Belo Horizonte, ano 12, n. 133, p. 9-15, jan. 2013.



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pg n°
013
CNA

Os governos devem mobilizar os cidadãos para que se engajem no debate público, opinem e contribuam para uma governança mais responsiva, inovadora e efetiva”.

Enfim, como se vê, a publicidade/transparência são instrumentos de controle das atividades administrativas que tendem a aumentar a eficiência das políticas públicas municipais.

Como visto, o art. 6º da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11) obriga o Poder Público a assegurar a gestão transparente das informações, inclusive sobre as políticas públicas, propiciando amplo acesso e divulgação.

Neste contexto, o art. 7º, V e VI da lei em epígrafe reza que o acesso à informação compreende o direito de obter informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços, bem como informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos.

Posto isto, entendo que a proposta é constitucional.

6. DO PROCEDIMENTO DE DELIBERAÇÃO

Por se tratar de projeto de lei ordinária, deve ser observado o quórum de maioria simples para aprovação, ou seja, maioria dos votos desde que presente a maioria absoluta dos vereadores.

7. DA TÉCNICA LEGISLATIVA

A Constituição Federal estabeleceu, no Parágrafo Único do art. 59, a necessidade da edição de lei complementar sobre a elaboração, a alteração, a redação e a consolidação das leis.

A LC nº 95/98, atendeu essa determinação de estabelecer diretrizes para a organização do ordenamento jurídico. Analisando os autos, verifico que a proposição está em conformidade a referida norma.



Câmara Municipal de Aracruz
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pg nº
014
8
CMA

8. CONCLUSÃO

Ante o exposto, pelos fundamentos jurídicos supracitados, entendo que o Projeto de Lei nº 025/2019 está em conformidade com o ordenamento jurídico.

Assim, opino pela **CONSTITUCIONALIDADE** da proposta.

É o parecer, à superior consideração.

Aracruz/ES, 03 de setembro de 2019.

MAURÍCIO XAVIER NASCIMENTO

Procurador – mat. 015237

OAB/ES 14.760

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5A20-31B1-35C4-5F00> ou vá até o site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5A20-31B1-35C4-5F00



Hash do Documento

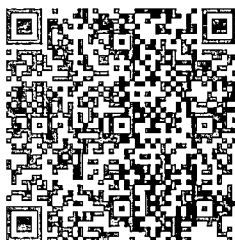
40B46AFC345F38B2F4510A53807534F1D69E1A20051FABD19F1F6A842492B688

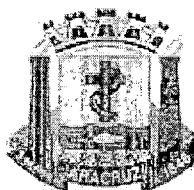
O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/09/2019 é(são) :

☒ Mauricio Xavier Nascimento - 075.708.337-40 em 03/09/2019

15:59 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital





Camara Municipal de Aracruz
COMPROVANTE DE DESPACHO

Pg nº
016
8
CMA

ORIGEM

Local (Setor): **PROCURADORIA**

Trâmite Nº: **2**

Responsável: **Larissa Sian Cabidelli**

Data e Hora: **03/09/2019 17:06:35**

Despacho: **AO LEGISLATIVO,**

SEGUE PARECER JURÍDICO PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS.

Camara Municipal de Aracruz, 03 de setembro de 2019

PROCURADORIA

PROTOCOLO (S)

Processo, MEMORANDO Nº - 647/2019 - Interno - PROJETO DE LEI Nº 25/2019.

GABINETE VEREADOR CELSON SILVA

Assunto: 001 - PROJETOS

SubAssunto: 001 - PROJETO DE LEI

Camara Municipal de Aracruz

DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS CELEBRADOS PELO MUNICÍPIO DE ARACRUZ, NA FORMA QUE MENCIONA.

RECEBIMENTO

Local (Setor): **LEGISLATIVO**

Responsável: _____

Camara Municipal de Aracruz, 05.09.19

LEGISLATIVO



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pg nº
037
CMA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROPOSIÇÃO: PROJETO LEI Nº 025/2019 – DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS CELEBRADOS PELO MUNICÍPIO DE ARACRUZ.

AUTOR: CELSON SILVA DIAS

RELATOR: Ronivaldo Garcia Cravo

PARECER: PELA CONSTITUCIONALIDADE DO PROJETO.

APROVADO 1º TURNO

23 / 10 / 2019

Presidência CMA

APROVADO 2º TURNO

29 / 10 / 2019

Presidência CMA

I – Relatório

Trata-se do **Projeto de Lei Nº 025/2019**, de autoria do vereador Celson Silva Dias, que, “**Dispõe a Publicação dos Contratos de Locação de Imóveis Celebrados pelo Poder Executivo Municipal de Aracruz, Es.**” Na forma que menciona.

II- Mérito

Nos termos dos Art. 21 da Lei Orgânica do Município de Aracruz, esta relatoria passa a análise da Proposição, conforme o parecer da Procuradoria desta Casa de Leis analisou o teor da presente proposta, e exarou o parecer opinando pela **Constitucionalidade** do Projeto de Lei nº 025/2019. Assim, políticas públicas que incentivam o direito de acesso à informação no Município de Aracruz, está inserida na competência legislativa conforme a C/F88.

Art. 5º (...)

XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e Estado;

Art. 37º (...)

§ 3º - A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

II – o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos do governo, observando o disposto no art. 5º, X e XXXIII;



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

Pg nº

028

0

CMA

O art. 45 da Lei nº 12.527/11, autoriza os municípios a editar leis próprias para definir regras específicas sobre o acesso às informações públicas.

A LC nº 95/98, atendeu essa determinação de estabelecer diretrizes para a organização do ordenamento jurídico. Analisando os autos, verifico que a proposição está em conformidade a referida

III – Voto do Relator

Pelo exposto acima este Relator se manifesta pela **Constitucionalidade e Legalidade** do Projeto de Lei.

Aracruz, Es, 05 de setembro de 2019.


Ronivaldo Garcia Cravo
Relator



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pg nº

039

06

CMA

PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO E TOMADA DE CONTAS.

**PROJETO DE LEI Nº 025/2019 - DISPÕE SOBRE A PUBLICIDADE DOS
CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS CELEBRADOS PELO
MUNICÍPIO DE ARACRUZ.**

Autor: Poder Executivo Municipal

Relator: Carlos Alberto Pereira Vieira

APROVADO 1º TURNO

23 / 10 / 2019

Presidência CMA

APROVADO 2º TURNO

29 / 10 / 2019

Presidência CMA

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 025/2019 visa dar publicidade sobre os contratos de locação de imóveis celebrados pelo Município de Aracruz.

II – Mérito

Essa relatoria passa à análise ao referido Projeto de Lei, nos termos definido no artigo 30, Inciso II do Regimento Interno, que estatui:

Art. 30. Sem prejuízo do disposto no Art. 27, § 2º, da Lei Orgânica, compete:

(...)

II - À Comissão de Economia, Finanças, Fiscalização e Tomada de contas, os aspectos econômicos e financeiros, e, especialmente:

a - A matéria tributária, abertura de crédito adicional, operações de créditos, dívida pública, anistia e remissões dívidas e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou receita do município ou repercutem no patrimônio municipal.

O art. 45 da Lei nº 12.527/11 autoriza os municípios a editar leis próprias para definir regras específicas sobre o acesso à informações públicas e a presente proposta está inserida na competência legislativa do Município (art. 30, I e II da CF/88).

Art. 5º (...)

XVI - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestados



no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

O objetivo é dar transparência às contratações de locação de imóveis no Município de Aracruz, atendendo o direito constitucional de acesso às informações públicas, o que no momento não é possível mensurar por esta relatoria se haverá ou não impacto financeiro com a aprovação da matéria.

III- VOTO DO RELATOR

Em face do exposto esta relatoria se manifesta pelo prosseguimento do Projeto de Lei nº 025/2019, exarando parecer favorável à matéria uma vez que atende o direito constitucional de acesso às informações e a publicidade dos atos administrativos praticados pelo Poder Executivo Municipal.

Aracruz, 18 de Setembro de 2019.

Carlos Alberto Pereira Vieira
Carlito Candin



MAPA DE VOTAÇÃO

1º Turno: 123ª Sessão Ordinária

Data: 21/10/2019

2º Turno: 124ª Sessão Ordinária

Data: 29/10/2019

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE LEI Nº 025/2019 - DISPÕE SOBRE A PUBLICIDADE DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS CELEBRADOS PELO MUNICÍPIO DE ARACRUZ.

VEREADOR	COMISSÃO DE JUSTIÇA				COMISSÃO DE FINANÇAS			
	1º TURNO		2º TURNO		1º TURNO		2º TURNO	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
ADEIR ANTONIO LOZER	X		X		X		X	
ALBERTO LOPES	X		X		X		X	
ALCÂNTARO VICTOR LAZZARINI CAMPOS	X		X		X		X	
ALEXANDRE FERREIRA MANHÃES	X		X		X		X	
CARLOS ALBERTO PEREIRA VIEIRA	Presidente		X		Presidente		X	
CARLOS DE SOUZA	X		X		X		X	
CELSON SILVA DIAS	X		X		X		X	
DILEUZA MARINS DEL CARO	X		X		X		X	
ELIOMAR ANTONIO ROSSATO	X		X		X		X	
FÁBIO NETTO DA SILVA	Ausente		X		Ausente		X	
HILÁRIO ANTÔNIO NUNES LOUREIRO	X		X		X		X	
JOSÉ GOMES DOS SANTOS	X		X		X		X	
MARCELO CABRAL SEVERINO	X		X		X		X	
MÔNICA DE SOUZA PONTES CORDEIRO	Ausente		X		Ausente		X	
PAULO FLÁVIO MACHADO	Ausente		Presidente		Ausente		Presidente	
ROMILDO BROETTO	X		X		X		X	
RONIVALDO GARCIA CRAVO	X		X		X		X	

RESULTADOS:

COMISSÃO DE JUSTIÇA

1º Turno: Favoráveis 13 votos

2º Turno: Favoráveis 16 votos

Contrários 00 votos

Contrários 00 votos

COMISSÃO DE FINANÇAS

1º Turno: Favoráveis 13 votos

2º Turno: Favoráveis 16 votos

Contrários 00 votos

Contrários 00 votos


José Gomes dos Santos
1º Secretário



MAPA DE VOTAÇÃO

1º Turno: 123ª Sessão Ordinária

Data: 21/10/2019

2º Turno: 124ª Sessão Ordinária

Data: 29/10/2019

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE LEI Nº 025/2019 - DISPÕE SOBRE A PUBLICIDADE DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS CELEBRADOS PELO MUNICÍPIO DE ARACRUZ.

VEREADOR	1º TURNO		2º TURNO	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO
ADEIR ANTONIO LOZER	X		X	
ALBERTO LOPES	X		X	
ALCÂNTARO VICTOR LAZZARINI CAMPOS	X		X	
ALEXANDRE FERREIRA MANHÃES	X		X	
CARLOS ALBERTO PEREIRA VIEIRA	Presidente		X	
CARLOS DE SOUZA	X		X	
CELSON SILVA DIAS	X		X	
DILEUZA MARINS DEL CARO	X		X	
ELIOMAR ANTONIO ROSSATO	X		X	
FÁBIO NETTO DA SILVA	Ausente		X	
HILÁRIO ANTÔNIO NUNES LOUREIRO	X		X	
JOSÉ GOMES DOS SANTOS	X		X	
MARCELO CABRAL SEVERINO	X		X	
MÔNICA DE SOUZA PONTES CORDEIRO	Ausente		X	
PAULO FLÁVIO MACHADO	Ausente		Presidente	
ROMILDO BROETTO	X		X	
RONIVALDO GARCIA CRAVO	X		X	


RESULTADOS :

1º Turno: Favoráveis 13 votos

2º Turno: Favoráveis 16 votos

Contrários 00 votos

Contrários 00 votos


José Gomes dos Santos
1º Secretário



Aracruz-ES, 30 de outubro de 2019.

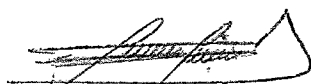
Of. nº. 315/2019
Gab. da Presidência

SENHOR PREFEITO:

Encaminho a Vossa Excelência o **Projeto de Lei nº. 025/2019** - Dispõe sobre a publicidade dos contratos de locação de imóveis celebrados pelo município de Aracruz, qual foi **aprovado** em 2º Turno, na 124ª Sessão Ordinária, realizada em 29/10/2019, para conhecimento e providências cabíveis.

Na oportunidade apresento minhas,

CORDIAIS SAUDAÇÕES.



PAULO FLAVIO MACHADO
Presidente da Câmara

Exmº Sr.
JONES CAVAGLIERI
Prefeito Municipal de Aracruz
Nesta



SANCIONADA

Em, 14/11/2019

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.275, DE 14/11/2019.

DISPÕE SOBRE A PUBLICIDADE DOS
CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS
CELEBRADOS PELO MUNICÍPIO DE ARACRUZ,
NA FORMA QUE MENCIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO; FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU
E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a publicidade dos contratos de locação de imóveis celebrados pela Administração Pública do Município de Aracruz/ES.

Art. 2º A Administração Pública Municipal deverá publicar, em local próprio e destacado, na página oficial do Município na internet, a relação de todos os contratos de locação de imóveis, em que o Município de Aracruz/ES seja o locador.

Art. 3º A publicação deverá conter os seguintes dados:

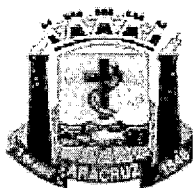
- I – os nomes do locador e do locatário;
- II – o endereço do imóvel;
- III – o valor do aluguel;
- IV – o tempo do contrato de locação;
- V – o índice de reajuste;
- VI – a finalidade da locação.

Art. 4º O disposto nesta Lei se aplica a todos os contratos de locação de imóveis já celebrados e/ou contratos que venham a ser celebrados ou aditivados, nesta e nas administrações futuras.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 14 de Novembro de 2019.


JONES CAVAGLIERI
Prefeito Municipal



Camara Municipal de Aracruz
COMPROVANTE DE DESPACHO

pg nº
25
CMA

ORIGEM

Local (Setor): **LEGISLATIVO**

Trâmite Nº: **3**

Responsável: **Andreia dos Santos Ferreira**

Data e Hora: **22/11/2019 16:10:49**

Despacho: **FINALIZADO, ENCAMINHO O PRESENTE AUTO PARA ARQUIVAMENTO.**

Camara Municipal de Aracruz, 22 de novembro de 2019

LEGISLATIVO

Higor Giurizatto

Analista Adm. e Legislativo

Mat.: 151564

PROTOCOLO (S)

Processo, MEMORANDO Nº - 647/2019 - Interno - PROJETO DE LEI Nº 25/2019.
GABINETE VEREADOR CELSON SILVA
Assunto: 001 - PROJETOS
SubAssunto: 001 - PROJETO DE LEI
Camara Municipal de Aracruz

DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO
DE IMÓVEIS CELEBRADOS PELO MUNICÍPIO DE ARACRUZ, NA
FORMA QUE MENCIONA.

RECEBIMENTO

Local (Setor): **ARQUIVO LEGISLATIVO**

Responsável: _____

Camara Municipal de Aracruz, ____/____/____

ARQUIVO LEGISLATIVO



OFÍCIO (GAB-CÂM) N.º 003/2020

Aracruz, 02 de Janeiro de 2020.


A Sua Excelência o Senhor
PAULO FLÁVIO MACHADO
Presidente da Câmara Municipal
Aracruz – ES

Assunto: Lei n.º 4.275/2019

Senhor Presidente,

Em atendimento ao Processo protocolado nesta prefeitura sob o n.º 17.676, referente ao Projeto de Lei desse Legislativo n.º 025/2019, sancionado por este executivo através da Lei n.º 4.275, de 14/11/2019, e o seu cumprimento, vimos encaminhar cópia integral do referido processo.

Atenciosamente,


JONES CAVAGLIERI
Prefeito Municipal

003, 02/01,

4.275. (eq. 291)



Prefeitura Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ

www.pma.es.gov.br

PROCESSO: 17676/2019

ABERTURA: 01/11/2019 16:38:31 COD. VERIFICADOR: OTA3

REQUERENTE: CAMARA MUNICIPAL DE ARACRUZ

SUBASSUNTO: ENCAMINHA

DESCRIÇÃO: ENCAMINHA OF. Nº 315/2019 REF. PROJETO DE LEI Nº 025/

1º Movimento: PROGE - PROC. GERAL



000002089490017676:019

Página 27
CMA

ANDAMENTO	DATA	RUBRICA	ANDAMENTO	DATA	RUBRICA
PROGE	01/11/19				
Aracru	18/11/19				
PGM	21/11/19				
Somad	05/12/2019				
PH Juiz	05/12/19				
SENAD	19/12/19				
GTI	17/12/19				
Segoe	20/12/19				
CGM	26/12/2019				

ANEXO

1º		4º	
	/ /		/ /
2º		5º	
	/ /		/ /
3º		6º	
	/ /		/ /



PROCESSO nº 17.676/2019

Trata-se o caso em comento da sanção da Lei nº 4.275, de 14 de novembro de 2019, que dispõe sobre a publicidade dos contratos de locação de imóveis celebrados pelo município de Aracruz.

É o breve relatório dos fatos.

Os autos foram encaminhados a este órgão de controle interno para conhecimento e manifestação ante aos fatos trazidos a baila.

Ainda, necessário se faz esclarecer que esta manifestação abrange somente as questões atinentes ao Controle Interno.

Insta frisar, que com relação à legalidade, os autos já foram remetidos à Procuradoria Municipal com parecer jurídico fls. 08/10, o qual é devidamente acolhido na íntegra por este órgão.

Desta forma, passo a explicar:

Inicialmente, cabe ressaltar a existência do Portal de Transparência no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Aracruz, sendo uma ferramenta que permite o cidadão conhecer, questionar e atuar, também, como fiscal da aplicação de recursos públicos.

No Portal são disponibilizados e atualizados a relação de todo os dados relacionados a receitas, despesas, orçamentos, balanços, prestação de contas da LRF, contratos, compras, educação fiscal, legislação e a relação nominal de vencimentos dos servidores.



Entretanto, nada obstante a legislação ora criada, sem dúvida, objetivando assegurar maior transparência à área pública, se faz necessário estabelecer procedimento para execução e cumprimento da Lei nº 4.275/2019.

Dessa forma, recomendo o encaminhamento dos autos ao setor de Tecnologia da Informação para a criação de um Hiperlink (botão) na página eletrônica da Prefeitura de Aracruz fazendo atalho ao repositório incorporado no Portal da Transparência no que se refere especificamente a Contratos.

Estas são as considerações.

Remeto para apreciação superior.

Aracruz (ES), 29 de Novembro de 2019.

Atenciosamente,

Everson Carrareto

Gerente de Controle e Transparência

Decreto nº 36221/2019

Controladoria



PREFEITURA
ARACRUZ

15
Controladoria - 0414
Pg nº
30
06
CMA

PROCESSO nº 17.676/2019

REQUERENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ARACRUZ

À Secretaria Municipal de Governo

Acolho na íntegra a *r.* manifestação do Gerente de Controle e transparência de fls. 13/14.

Aracruz (ES), 29 de Novembro de 2019.

Atenciosamente,

Fabiany Chagas da Silva
Controladora-Geral do Município



18/10

PROCESSO Nº	A Advogada da
A SEMAD	SEMAD
Para conhecer e manifes- tar-se conforme despacho de fls. 13/15.	Para conhecer e manifestar orientan- do
Em 05/12/19	05/12/19
Edmilson Martins Schwenck Secretário de Governo - SEGOV Decreto Nº 32.856 de 01/01/2017	Luciana Porrechi Secretária de Administração e RH - SEMAD Decreto Nº 32.940 de 03/07/2017
	A SEMAD,
	Segue o envio dos autos a Gestão de Tecnologia da Infor- mação para cumprimento do despacho de fl. 14, inclusive para estabelecer procedimento a ser adotado para execução da Lei 4275/19.
	17/12/19 Pollyana Alves Cuzzuol Advogada - GAP - SEMAD/PMA OAB/ES 18924 Decreto 23.920 de 07/05/12
	A GTT A/E: Motus Para atendimento de lei 17/12/19
	Luciana Porrechi Secretária de Administração e RH - SEMAD Decreto Nº 32.940 de 03/07/2017



A
[Handwritten signature]

Processo Nº 17.676/2019

Pg nº

32

[Handwritten mark]

CMA

A SEMAD,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, em atenção ao despacho as fls. 16 dos autos, informo que após tratativas com a Controladoria Geral do Município, o nosso sítio eletrônico foi atualizado para cumprimento a Lei nº 4275/2019. Conforme imagens em anexo.

Em 20/12/2019.

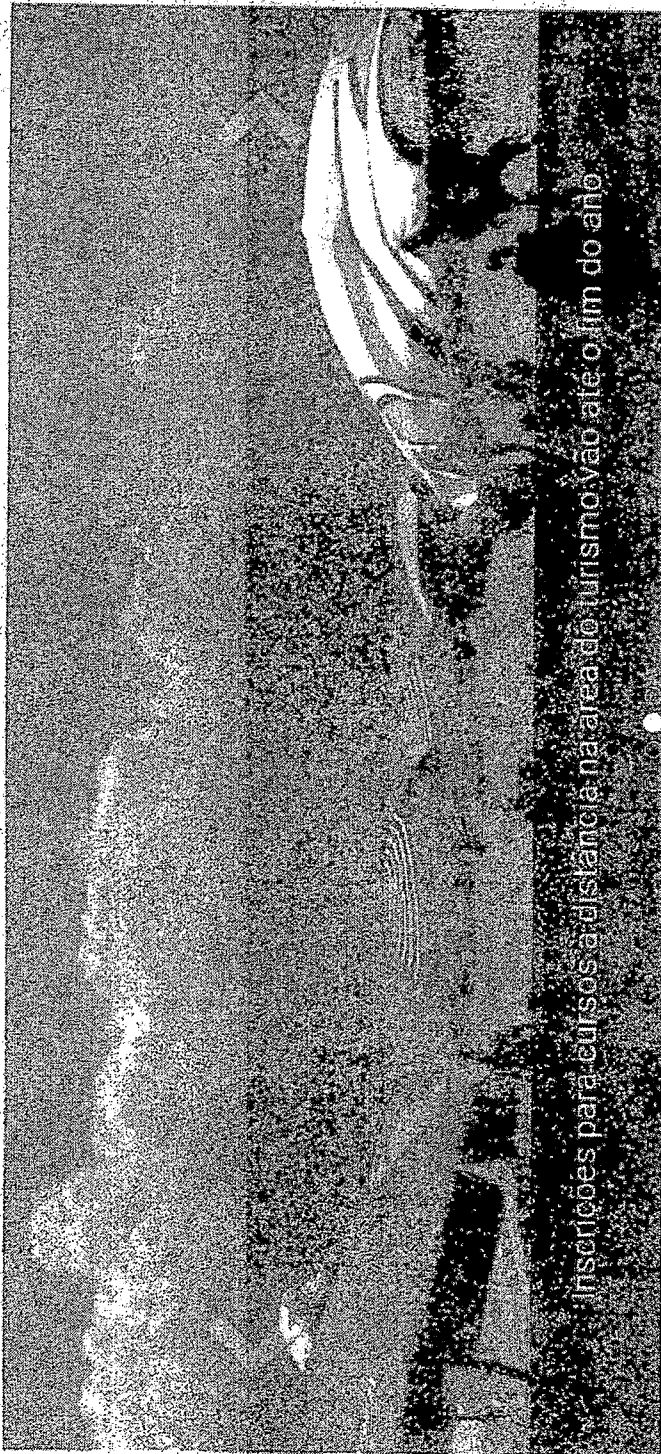
Att,

[Handwritten signature of Mateus N. Lécchi]

MATEUS N. LÉCCHI

Coordenador de Desenvolvimento Tecnológico - SEMAD

Decreto nº 35.352 de 11/02/2019.



Contratos e Aditivos

Voltar

Contratos e Aditivos - 2017

Contratos e Aditivos - 2018

Contratos e Aditivos - 2018 (Fundo Municipal de Saúde)

Contratos e Aditivos - 2019 (PMA e FMS e Locação)

19

Página
34

W

CMA

Contratos e Aditivos 0019

Voltar

Prefeitura Municipal

Fundo Municipal de Saúde

Contratos de Locação Imobiliária

CONSULTAS

Acordos
Compras e Licitações
Controle Interno

INSTITUCIONAL

Estrutura Organizacional
Registro
Convênio

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

AV. Morobá 20, Bairro Morobá
CEP 29192-733
ARACRUZ - ES

Página

35

8

CMA



Prefeitura Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pg nº
36
CMA

[Handwritten signature]

INFORMAÇÕES DO PROCESSO Nº

17676/19

A Segov

Fera conhecer as
ações adotadas. Su-
gira após encaminhar
a CEM.

20/12/19

[Handwritten signature]
Secretário de Administração e RH - SEMAD
Decreto Nº 32.055 de 01/01/2017

A SEGOV

Para as seguintes providências:

- opere a Câmara Municipal encaminhando-lhe cópia integral dos presentes autos;
 - anexas cópia do ofício encaminhado a Câmara aos presentes autos;
 - Após o que, arquivar-se.
- Em 30/12/19

[Handwritten signature]
Edmilson Martins Schwenck
Secretário de Governo - SEGOV
Decreto Nº 32.055 de 01/01/2017

A CEM.

Leitura dos presentes
autos adotados.

Sugiro opere o Poder
Legislativo, no sentido
do cumprimento
da nova lei.

Em 23/12/19

[Handwritten signature]
Edmilson Martins Schwenck
Secretário de Governo - SEGOV
Decreto Nº 32.055 de 01/01/2017

A SEGOV

Segue MEMO Nº 354/19
das fls 22 para
providências.

Aracruz 26/12/19

[Handwritten signature]



Aracruz/ES, 26 de dezembro de 2019.

Ass. 22/12
Controladoria - PMA

Para: SEGOV – Secretaria Municipal de Governo - Sr. Edmilson Martins Swenck

De: CGM - Controladoria-Geral do Município - Sra. Fabiany Chagas da Silva


Assunto: Lei nº 4.275/2019 – Publicidade dos contratos de locação de imóveis

Senhor Secretário,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste informar que, em cumprimento a Lei Municipal nº 4.275/2019, os contratos de locação de imóveis estão sendo devidamente publicados no Portal da Transparência em local próprio e destacado.

No mais, tendo em vista que o Ofício nº 315/2019 fora encaminhado ao Chefe do Executivo para conhecimento e providências cabíveis, sugerimos que o mesmo oficie a Câmara Municipal, a fim de informar acerca do cumprimento das disposições constantes na lei supramencionada.

Atenciosamente,


Fabiany Chagas da Silva
Controladora-Geral do Município
Decreto nº 36.220/2019

